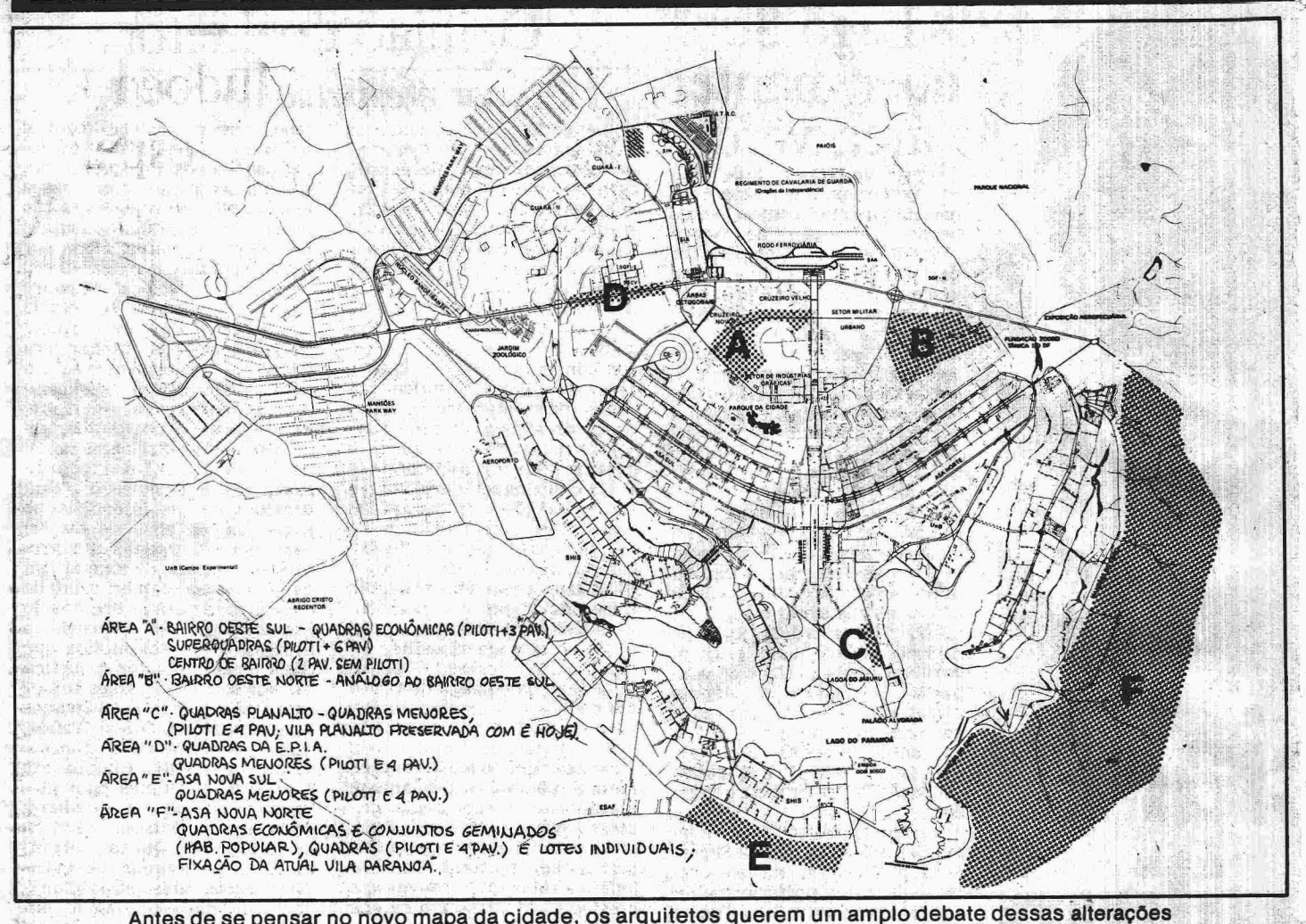

Antes de se pensar no novo mapa da cidade, os arquitetos querem um amplo debate dessas alterações

Experts acham vago o Plano Lúcio Costa

CATARINA GUERRA
Da Editoria de Cidade

Plano vago, não detalhado teoricamente, que privilegia os aspectos visuais sobre as implicações econômico-sociais de sua implantação. Esta é a opinião generalizada sobre o projeto de expansão do Plano Piloto de Lúcio Costa — "Brasília Revisitada" — entre os especialistas que se reuniram no auditório da reitoria da UnB para discutir o assunto.

A idéia era chamar estas pessoas — arquitetos, sociólogos, engenheiros, biólogos, urbanistas, paisagistas — para debater o plano com a própria filha do autor, a arquiteta Maria Elisa Costa. Ela, porém, não compareceu, embora tivesse aceito o convite e marcado o dia e hora do encontro. Isto provocou uma mudança no caráter do debate programado originalmente, que se transformou numa mesa-redonda onde os outros convidados colocaram suas observações e críticas ao plano do arquiteto.

MELANCOLIA

Críticas que, como diversos participantes fizeram questão de frisar, não podiam ser muito aprofundadas porque o plano é apenas um esboço geral de idéias e a representante de Lúcio Costa, que seria capaz de esclarecer muitos pontos omissos no documento, não compareceu.

Maria Elisa preferiu rebater as críticas ao documento "Brasília Revisitada" na ausência dos que as fizeram. No dia seguinte ao debate, após reunião do Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente, do qual faz parte, ela classificou de "desonestas" e "manipuladas" as críticas ao plano de seu pai, e afirmou que estaria havendo uma "melancólica" exploração política da proposta.

Durante a reunião, Maria Elisa leu um adendo manuscrito por Lúcio Costa ao documento "Brasília Revisitada", onde seu criador lembra a função social da Terracap e pede o controle da especulação imobiliária, além de sugerir a criação de mecanismos para garantir o acesso da população de baixa renda às quadras econômicas previstas no projeto.

Arquiteto rejeita a imposição

O que custa mais caro: colocar mais gente dentro do Plano Piloto ou desenvolver uma estrutura de transporte que leve, diariamente, milhares de pessoas no percurso entre as satélites e o Plano? Este estudo comparativo de custos nunca foi feito, segundo o diretor do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da UnB, Frederico Holanda, por uma razão muito simples. O adensamento da Bacia do Paranoá, ou seja, o aumento da população do Plano Piloto, sempre foi considerado "indefensável" pelo restrito grupo que detém o privilégio de pensar a cidade.

Holanda comenta que os arquitetos brasilienses há muito tempo questionam o fato de se criarem novas satélites cada vez mais longe do Plano, sem nenhuma autonomia, ao invés de se pensar na expansão do Plano Piloto. Suas sugestões e críticas, porém, nunca foram ouvidas. De uma hora para outra, observa ele, a proposta surge pronta.

PERFIL

"Quais foram as descobertas, que soluções técnicas possibilitaram esta mudança?, indaga Holanda, que considera inadmissível uma decisão importante como a expansão do Plano ser tomada "de repente e tão arbitrariamente". Ele observa que o plano de expansão de Lúcio Costa não inclui nenhum estudo sobre as conseqüências do adensamento para as satélites nem prevê as soluções urbanas de transporte que necessariamente teriam que acompanhar a colocação de mais 1 milhão de habitantes numa área projetada para abrigar 700 mil.

Na opinião do professor do Departamento de Geografia, Aldo Paviani, coordenador do Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais da UnB, uma das principais falhas do plano de expansão de Lúcio Costa é ignorar as relações urbanas já existentes não só dentro do Plano como entre ele e as satélites. "Estas relações vão se desarticular completamente, face à magnitude das intervenções propostas", prevê Paviani.

Ele considera fundamental que uma proposta de expansão seja acompanhada pela sugestão de um novo perfil de empregos para o Distrito Federal, a fim de interromper o processo de concentração excessiva da oferta de serviços no Plano.

INGENUIDADE

O professor comenta que a "Brasília Revisitada" de Lúcio Costa na verdade é o Plano Piloto revisitado, o que julga ser um erro. "Brasília hoje extrapola este espaço exíguo e de maior intervenção do Estado que é o Plano Piloto. Ela deve ser revisitada na sua totalidade e não, mais uma vez, na sua parte mais burilada e elitizada".

O arquiteto José Carlos Coutinho, professor do Departamento de Urbanismo da UnB, critica o plano de expansão por estabelecer um novo limite populacional para o Plano Piloto. "Esta é uma ingenuidade já inadmissível há 30 anos, quando o Plano Piloto foi criado. Não é possível que se continue raciocinando em termos de limite populacional para uma cidade com a dinâmica de Brasília", diz Coutinho.

O arquiteto também considera injustificável a repetição de soluções arquitetônicas de 30 anos atrás que, na sua opinião, "já não eram as mais felizes" naquela época. "As quadras econômicas Lúcio Costa nada mais são que as quadras do Cruzeiro reproduzidas indefinidamente, numa inércia que não se justifica. Será que não surgiu nenhuma nova solução nestes últimos anos que poderia ser testada?", questiona o arquiteto.

Transporte já está ultrapassado

Se o projeto de expansão do Plano Piloto projetado por Lúcio Costa e aprovado pelo Cauma for realmente implantado, o estudo de viabilidade técnico-econômica para o transporte de massa do Distrito Federal já está obsoto. O alerta é do professor do Departamento de Urbanismo da UnB, José Galbinsky, ao lembrar que este estudo não leva em consideração qualquer proposta de expansão territorial do Plano Piloto.

O estudo do transporte de massa foi encomendado ao Instituto Mauá de Tecnologia e o relatório final apresentado no dia 11 de fevereiro ao governador José Aparecido. Os técnicos paulistas indicaram três alternativas para o transporte de massa do Distrito Federal, apontando o metrô de superfície como a melhor opção.

DESARTICULAÇÃO

— É um plano primário, apresentado por um pretenso sofisticado instituto, que não faz qualquer referência à ocupação territorial do Distrito Federal nas próximas décadas. Só cita, de passagem, o Plano Estrutural de Ocupação Territorial (PEOT), quando no próprio GDF se sabe há três anos que a aplicação do PEOT foi inviabilizada pelo desenvolvimento agrícola do Distrito Federal — dispara o arquiteto.

Na opinião de José Carlos Coutinho, professor do Departamento de Urbanismo da UnB, a elaboração simultânea do estudo de viabilidade do transporte de massa e do plano de expansão de Lúcio Costa é prova da total desarticulação dos setores que pensam o planejamento da cidade. "Um estudo não tem nada a ver com o outro", observa Coutinho.

A coordenadora do Núcleo de Estudos Ambientais, Maria Novaes, concorda com os arquitetos. "O transporte de massa tem que atender não só a população das satélites como a nova população do Plano Piloto, senão não tem sentido. E o que vemos é que o transporte de massa previsto pelo estudo de viabilidade passa fora das áreas de expansão do Plano".

Núcleo quer mais debates ainda

O debate que pretendia discutir o plano de expansão do Plano Piloto foi a primeira grande promoção pública no Núcleo de Estudos Ambientais, que não pretende ficar por aí. Segundo a coordenadora do núcleo, Maria Novaes, o grupo está programando seminários contínuos sobre conceituação e temas ligados ao meio ambiente e deve ter boa participação na SBPC, com a realização de uma mesa-redonda sobre "Meio Ambiente e Desenvolvimento: o caso do Distrito Federal".

O Núcleo, que compõe, com diversos outros dedicados ao estudo de temas específicos — o Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da UnB —, foi criado durante a Semana do Meio Ambiente. Ele é aberto a professores, funcionários, alunos e mesmo pessoas de fora da

Maria Novaes, da UnB

Universidade que desejem discutir questões ligadas ao meio ambiente.

Atualmente, o núcleo organiza um livro sobre as especificidades do cerrado, sua ocupação e perspectivas, que deve ser editado pela Editora da UnB. Maria Novaes comenta que esta será uma das primeiras publicações especializadas sobre o assunto. "Falta muito trabalho sobre o cerrado. Esperamos que este seja apenas o primeiro livro e que venham outros complementar o trabalho".

Outra atividade desenvolvida dentro da programação do núcleo é a discussão sobre a metodologia dos relatórios de impacto ambiental, que passaram a ser exigidos como pré-requisito para a execução de qualquer obra que possa alterar o equilíbrio ambiental de determinada área. "A elaboração destes relatórios é fundamental, mas sua metodologia ainda está muito confusa. Cada instituição utiliza um método diferente", comenta Maria Novaes.